

Alcides Gama das Neves
Responsável pela Assessoria de Planejamento e Finanças
CRC-PA nº 2022

Cezar Barroso dos Santos
Controle Interno
Procurador Geral de Contas do Estado

Josué Costa Corrêa
Assessor Técnico-Contador
CRC-PA nº 9.591/O-2

Antonio Maria
Filgueiras Cavalcante
Procurador Geral de Contas do Estado

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 750732

Inexigibilidade: 3/2014

Data: 25/09/2014

Valor: 5.600,00

Objeto: Inscrições dos 08 (oito) Membros do Ministério Público de Contas do Estado do Pará no "XII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS".

Fundamento Legal: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93.

Data de Ratificação: 25/09/2014

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso

01122129745340000 339039 0101000000 Estadual

Contratado(s):

Nome: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - AMPCON

Endereço: Q SQN, Bairro: Asa Norte, S/N

CEP. 70773-090 - Brasília/DF

Complemento: Sede SCLN 203 - Bloco B, sala 201

Telefone: 6132016988

Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

TERMO ADITIVO A CONTRATO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 750772

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 24/09/2014

Valor: 36.499,90

Vigência: 26/09/2014 a 25/09/2015

Classificação do Objeto: Outros

Justificativa: Com previsão no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e na Cláusula Décima-Quinta do contrato nº 09/2013- MPC/PA.

Contrato: 9

Exercício: 2013

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso

01122129745340000 339039 0101000000 Estadual

Contratado: A C S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP

Endereço: Tv Teófilo Conduru, Bairro: Guamá, 885

CEP. 66073-570 - Belém/PA

Telefone: 9132535841

Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PGJ - ELEIÇÃO 2014 - EDITAL E CALENDÁRIO ELEITORAL NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 750274

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ ELEIÇÃO PARA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ELEIÇÃO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO SUPERIOR EDITAL

Pelo presente Edital, e em conformidade com o disposto no artigo 10, § 2º e seus incisos, c/c o art. 25, e seus incisos, da Lei Complementar nº 057, de 6 de Julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), torno público que a eleição destinada à formação da lista tripartite para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, para o mandato de 11/04/2015 a 11/04/2017, e a eleição para membros efetivos do Conselho Superior do Ministério Público para o mandato de 01/01/2015 a 31/12/2016, serão realizadas, observado o devido processo legal estabelecido nos citados artigos 10 e 25 da referida Lei Complementar, no dia 05 de Dezembro de 2014, no edifício-sede do Ministério Público, na Rua João Diogo nº 100, na cidade de Belém, no horário das 08:00 às 16:00 horas, sob a presidência da Comissão Eleitoral composta, na forma do disposto no art. 10, § 2º, inciso IV, da mencionada Lei Complementar, pelos Procuradores de Justiça mais antigos na carreira e pelo Promotor de Justiça mais antigo na terceira entrância, que aceitarem o encargo.
Belém, 22 de Setembro de 2014
MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

ELEIÇÃO PARA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ELEIÇÃO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO SUPERIOR (LEI COMPLEMENTAR Nº 057, DE 6 DE JULHO DE 2006 – ART. 10)

CALENDÁRIO ELEITORAL

08/06/2014 (domingo) – Cento e oitenta (180) dias antes do pleito:

– Data limite para que o membro do Ministério Público afastado da carreira que quiser ser candidato a ela retornar (inciso XII, "a").

22/09/2014 (segunda-feira) – Edital informando a data e local da eleição (inciso II e IV).

29/09/2014 (segunda-feira) – Publicação do Edital no Diário Oficial do Estado (inciso II).

01/10/2014 (quarta-feira) – Quarenta e oito (48) horas seguintes à publicação do Edital:

– Encerramento do prazo para a Instalação da Comissão Eleitoral (inciso VI).

06/10/2014 (segunda-feira) – Sessenta (60) dias antes do pleito:

– Data limite para a desincompatibilização de ocupante de cargo de representação classista ou de cargo eletivo ou de confiança nos órgãos de Administração Superior do Ministério Público, que desejarem ser candidatos (inciso XII, "b");

– Data a partir da qual são vedados (inciso XXXI):

a) a promoção, a realização ou o patrocínio, por qualquer órgão do Ministério Público, de congressos, seminários, cursos e outros eventos similares abertos à participação dos membros e servidores da instituição;

b) a cessão ou a utilização de bens móveis ou imóveis pertencentes ao Ministério Público, para fins de propaganda;

c) a cessão ou a utilização de materiais, equipamentos ou serviços pertencentes ao Ministério Público, para fins de propaganda;

d) a utilização do site oficial do Ministério Público na internet para fins de propaganda, ressalvada a divulgação de matéria jornalística imparcial sobre a eleição;

e) a edição de jornais, boletins informativos e ou qualquer outra publicação oficial do Ministério Público;

f) a cessão ou a utilização de servidor do Ministério Público para comitê de campanha ou para a realização de qualquer forma de propaganda;

g) a concessão de passagens e/ou diárias, salvo no caso de estrita necessidade do serviço;

h) a nomeação para cargo de confiança e a designação para funções comissionadas, sob pena de nulidade do ato de nomeação ou designação;

i) a inauguração de obras do Ministério Público em qualquer comarca;

j) a utilização de recursos ou instrumentos promocionais ou publicitários externos, tais como outdoors, faixas, cartazes, trios-elétricos, alto-falantes, propaganda volante e similares.

09/10/2014 (quinta-feira) – Dez (10) dias corridos, a contar da publicação do Edital:

– Às 18:00 horas: término do prazo para requerimento de registro de candidatura (inciso VII).

12/10/2014 (domingo) – Três (3) dias seguintes ao término do prazo para pedido de registro de candidatura:

– Às 18:00 horas: encerramento do prazo para a Comissão Eleitoral decidir sobre os pedidos de registro de candidaturas (inciso VIII).

13/10/2014 (segunda-feira) – Publicação no Diário Oficial da decisão da Comissão Eleitoral sobre os pedidos de registro de candidaturas (incisos IX e X).

16/10/2014 (quinta-feira) – Três (3) dias corridos, a contar da publicação da Comissão Eleitoral sobre os pedidos de registro de candidaturas:

– Às 18:00 horas: encerramento do prazo para interposição de recurso contra decisão da Comissão Eleitoral sobre os pedidos de registro de candidaturas (incisos IX e X).

21/10/2014 (terça-feira) – Cinco (5) dias seguintes ao término do prazo para interposição de recursos contra decisão da Comissão Eleitoral sobre pedido de registro de candidaturas:

– Encerramento do prazo para o Colégio de Procuradores de Justiça julgar os recursos contra decisão da Comissão Eleitoral sobre pedidos de registro de candidaturas (inciso XI).

05/12/2014 (sexta-feira):

– Data da eleição, no horário das 08:00 às 16:00, no auditório do edifício-sede do Ministério Público em Belém, à Rua João Diogo nº 100 (inciso III).

– Às 16:00 horas: encerramento do prazo para recebimento de votos enviados sob registro postal (inciso XVI).

07/12/2014 (domingo) – Dois (2) dias corridos, a contar da data da eleição:

– Às 18:00 horas: encerramento do prazo para interposição de recurso de candidato contra decisão da Comissão Eleitoral proferida no curso da votação ou da apuração (inciso XXIII);

– Às 18:00 horas: encerramento do prazo para interposição de recurso de candidato contra decisão da Comissão Eleitoral que proclamar o resultado final da eleição (inciso XXIV).

08/12/2014 (segunda-feira) – Primeiro dia útil seguinte ao término do prazo recursal:

– Encaminhamento da lista tripartite ao Governo do Estado, se não houver recurso contra a votação, a apuração ou a proclamação do resultado final da eleição (inciso XXV).

13/12/2014 (sábado) – Cinco (5) dias seguintes ao término do prazo para a interposição de recursos:

– Encerramento do prazo para o Colégio de Procuradores de Justiça decidir, em sessão extraordinária, os recursos interpostos contra a votação, a apuração ou a proclamação do resultado final da eleição (inciso XXIII);

– Prazo durante o qual os documentos e material da eleição ficarão sob a guarda da Comissão Eleitoral, findo o qual as cédulas serão incineradas ou de outra forma destruídas (inciso XXIV).

15/12/2014 (segunda-feira) – Primeiro dia útil seguinte à decisão do Colégio de Procuradores, se negado provimento aos recursos interpostos contra a votação, a apuração ou a proclamação do resultado final da eleição:

– Encaminhamento da lista tripartite ao Governo do Estado (inciso XXVI).

OBSERVAÇÃO: "Os prazos previstos nos incisos anteriores são todos contínuos, peremptórios e preclusivos, não se interrompem aos sábados, domingos e feriados, e serão computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, e, para os efeitos deste artigo, o protocolo-geral do Ministério Público funcionará diariamente das 08:00 às 18:00 horas, ressalvado o disposto no inciso XVI" (inciso XXX).

PORTARIAS MP/SGJ-TA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 750291

PORTARIA N.º 110/2014-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2226/2014-MP/PGJ, 10 de abril de 2014, R E S O L V E :

AUTORIZAR a servidora JULIETA MARIA AMORIM DANIN, Assessor de Planejamento, Orçamento e Gestão da Procuradoria Geral de Justiça, a se deslocar desta Capital para Brasília - DF, nos dias 10 e 11/4/2014, a fim de participar da 1ª Reunião Integrada do Fórum Nacional de Gestão e dos Comitês do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 10 de abril de 2014.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa, em exercício

PORTARIA N.º 111/2014-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2226/2014-MP/PGJ, 10 de abril de 2014, R E S O L V E :

AUTORIZAR a servidora ELCIMAR BARBOSA DOS SANTOS, Técnico, sem ônus para o Ministério Público, a se deslocar de Redenção ao município de Goiânia - GO, no período de 10 a 15/4/2014, a fim de participar do 13º Encontro do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica promovido pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 10 de abril de 2014.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa, em exercício

PORTARIA N.º 150/2014-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2227/2013-MP/PGJ, 16 de abril de 2013, R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará, e AUTORIZAR o gozo dos dias restantes, conforme quadro:

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO	A CONTAR DE	DIAS RESTANTES	GOZO
ANTONIO DOS SANTOS MOTTA	2013/2014	10/3 a 8/4/2014	4/4/2014	5	22 a 26/4/2014
CLEBER AILSON FERNANDES DE LIMA	2012/2013	6/3 a 4/4/2014	13/3/2014	23	5 a 27/5/2014
FATIMA MARIA AVILA PARADELA	2013/2014	24/3 a 22/4/2014	24/3/2014	30	12/5 a 10/6/2014
MARCELO COELHO DO AMARAL PINHEIRO	2013/2014	1º a 30/4/2014	1º/4/2014	30	5/5 a 3/6/2014